

ANTROPOCÊNTRICOS, OU PRÉ-ANTROPOCÊNTRICOS? - O QUE SOMOS DE FATO?

Nelson Choueri Junior
Departamento de Filosofia – UFRN

Resumo

O antropocentrismo – forma de percepção que considera o homem como fato central ou mais significativo do universo – tem sido considerado por muitos como a causa básica das crises ambiental e social em que vivemos. Assim, vários pensadores da ética ambiental consideram seu maior desafio, construir uma ética que esteja além do antropocentrismo. Pensar assim, implica supor que, atualmente, as sociedades humanas têm, de fato, inspiração antropocêntrica.

Contudo, essa proposição parece discutível, diante de inúmeros exemplos de ações humanas, nas quais, nem ao menos os humanos são inteiramente contemplados como prioridades.

Neste texto, buscaremos problematizar essa questão, tendo em vista construir respostas à pergunta: “Somos de fato antropocêntricos, ou estamos num estágio ainda mais rudimentar: um que poderia ser chamado de nível pré-antropocêntrico?”

Palavras-chave: Ética ambiental, Ética antropocêntrica, Degradação ambiental, Degradação social

O ano de 1945 foi fundamental para a transformação das relações estabelecidas entre nós, humanos, e os demais seres, vivos ou inanimados. Se até aquela data, a percepção dominante era a de que a Natureza poderia ser infinitamente explorada em suas potencialidades, e que nunca haveria necessidade do estabelecimento de qualquer limitação às atividades humanas, após as explosões nucleares de Hiroshima e Nagasaki, essa visão começou a ser abalada.

Não se quer cogitar que o ser humano tenha iniciado as alterações ambientais somente a partir do advento da era atômica. Pelo contrário; desde que seres racionais passaram a habitar o planeta, esse tem sido alterado. O que torna diferente o quadro das alterações mais recentes, são aspectos relacionados ao tipo e à magnitude dessas alterações. Por meio da tecnologia, introduzimos, por exemplo, novas substâncias, e novos processos, que atingem ambientes e seres, os quais nunca haviam sido atingidos antes. Além disso, as quantidades de energia e de substâncias ativas colocadas em ação, têm sido de tal magnitude, que tornam imagináveis cenários de extinção total da humanidade e até mesmo de toda a forma de vida existente na Terra.

A extinção de espécies, o esgotamento dos chamados recursos naturais – entre eles, a própria água possível de ser tratada - o esgotamento das capacidades de recebimento de resíduos sólidos e de líquidos efluentes de indústrias por parte do solo e dos corpos d'água, a contaminação dos oceanos, o esgotamento das possibilidades da atmosfera de constituir-se em destino dos gases nocivos produzidos por veículos, aeronaves e indústrias, a destruição da camada de ozônio, são alguns dos problemas resultantes da atividade humana que, aliados aos efeitos do conjunto das atividades bélicas, têm acelerado dramaticamente as alterações no ambiente, de cuja existência dependem a nossa vida e a dos demais seres vivos.

Essas constatações de ordem científica, têm gerado reflexões de ordem filosófica, como esta, de Konrad Lorenz, professor e doutor em medicina, doutor em filosofia, laureado com o Nobel de Medicina e Psicologia de 1973.

Na atualidade, as perspectivas para o futuro da humanidade são extraordinariamente sombrias. Muito provavelmente ela cometerá um suicídio rápido, porém de modo algum indolor, pelo uso de armas nucleares. Mesmo que tal não venha a ser o caso, está ameaçada de morte lenta por envenenamento e por outras formas de destruição total do meio ambiente, no qual e do qual ela vive. E mesmo que as suas ações cegas e incrivelmente tolas sejam contidas a tempo, ainda assim paira sobre ela a ameaça de serem paulatinamente anuladas e retiradas todas aquelas características e realizações intelectuais e emocionais que são especificamente humanas, que distinguem as pessoas, seres humanos, dos demais seres vivos. Muitos pensadores já notaram esse fato, e muitos livros contêm já claramente o reconhecimento de que o extermínio do meio ambiente e a “decadência” da cultura caminham juntas, passo a passo. (LORENZ, 1986:13).

Apontando na mesma direção, Oswaldo Giacoia Junior, professor do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas, em artigo sobre *O princípio responsabilidade*, considerado por ele a principal obra de Hans Jonas, nos oferece esta consideração.

Com o advento da técnica moderna, altera-se decisivamente o panorama das éticas tradicionais. A técnica moderna investe as ações humanas de uma ordem de grandeza completamente distinta daquela com que se preocupava a tradição; além disso, dota-as de objetos novos e provoca consequências de tal magnitude que ultrapassam as margens do pensamento ético tradicional. (GIACOA JUNIOR, O., 2001:197).

A visão de que estamos numa época perigosíssima é compartilhada por outros pensadores.

Estamos num tempo em que não se pode continuar a viver na ingenuidade de recém-nascidos, pois estamos mais próximos da morte total do que jamais o estiveram nossos antepassados. Refiro-me à morte de todas as espécies vivas, ameaçadas pela violência de nosso modo atual de viver, produzir, consumir e descartar. Consumir a vida alheia tornou-se a forma de vida de todos os humanos, da alimentação ao vestuário, do lazer ao medicamento, da cosmética à guerra. (FELIPE, 2009: 4).

Como produto dessas constatações científicas e das considerações filosóficas decorrentes, têm surgido diversas correntes daquilo que é conhecido como o *pensamento ecológico*. O desenvolvimento do pensamento ecológico, acrescido dos conhecimentos tradicionais da filosofia, especialmente da ética, faz surgir um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos, o qual se denomina *ética ambiental*¹.

Sobre o aparecimento da ética ambiental, Holmes Rolston, III, *distinguished professor* e professor de filosofia da Universidade do Estado do Colorado (CSU), pondera:

Se alguém tivesse tentado prever o futuro da filosofia no meio do século XX, um dos mais surpreendentes desenvolvimentos teria sido a

¹ A ética ambiental consiste em teoria e prática sobre preocupação apropriada com valores e deveres em relação ao mundo natural. Segundo explicações clássicas, a ética diz respeito a pessoas relacionando-se com pessoas em justiça e amor. A ética ambiental parte de preocupações humanas com uma qualidade ambiental, e alguns pensam que isto molda a ética como um todo. Outros sustentam que, além das preocupações inter-humanas, os valores estão em jogo quando os humanos se relacionam com animais, plantas, espécies e ecossistemas. Segundo essa visão, os humanos devem julgar a natureza às vezes considerável moralmente nela mesma, e isto orienta a ética para novas direções. (ROLSTON, III, 2007:557).

ascensão da filosofia ambiental. A ética ambiental permaneceu desconhecida até meados da década de 1970. Isso mudaria rapidamente. Os filósofos publicaram dúzias de antologias e obras sistemáticas no campo, e cursos são ministrados em centenas de universidades e faculdades em muitos continentes. (ROLSTON, III, 2007:557).

As discussões sobre as correntes ecológicas e sobre ética ambiental são de grande importância não apenas em si mesmas, mas também como norteadoras do comportamento das sociedades humanas modernas. As ONG's (organizações não-governamentais) têm suas atividades inspiradas pelas diversas correntes de pensamento ecológico. Os Estados precisam prestar contas sobre suas ações, olhadas desde um ponto de vista ético, para populações bem esclarecidas. E, dentro da própria família, é comum que filhos questionem atitudes dos pais sobre as questões ambientais.

Por essa razão podemos imaginar que, conhecimento ecológico teórico e práticas éticas ambientais, por parte de cada indivíduo, poderão determinar a qualidade das relações desse indivíduo, não apenas com a natureza, mas com outros indivíduos da própria família, ou do seu bairro, ou da sua cidade, ou mesmo do mundo.

É amplamente estabelecido que um dos fundamentais dilemas de quem se preocupa com ética ambiental, é aquele que opõe os que entendem que a ética deva estar centrada *no ser humano*, e os que consideram que, por possuir a natureza valor em si mesma, entendem não haver sentido pensar o homem centro das preocupações éticas.

“Muitos defensores do ambiente e acadêmicos simpatizantes do movimento ambientalista consideram que o centramento da ética no ser humano constitui uma das causas básicas (talvez a causa básica) dos problemas ambientais.” (VARNER, 2004:161).

Os que defendem a idéia de que o ser humano deva estar sempre no centro das preocupações ecológicas são chamados de antropocêntricos, e a ética desenvolvida a partir desse princípio é chamada de ética antropocêntrica.

Os que deslocam o ser humano para uma categoria não superior aos demais elementos da natureza são identificados segundo uma espécie de espectro cromático, que abarca inúmeras posições. Rolston, III menciona cinco níveis de preocupação da ética ambiental, além do antropocêntrico, considerado inicial e mais “rudimentar”. O primeiro deles refere-se ao pensamento dos que entendem que os animais não-humanos, por serem portadores de uma infinidade de atributos em comum com os humanos, devem ter tais atributos contemplados na ética, na mesma intensidade que esses. “se aquilo que os humanos valorizam em si mesmos é encontrado em outros, eles devem também valorizá-los em outros não-humanos.” (ROLSTON, III, 2007:561).

Essa é apenas uma simplificação do primeiro nível da visão ética que poderíamos chamar *trans-antropocêntrica*, pois nosso objetivo não é discutir a fundo cada nível de preocupação, mas apenas ilustrar superficialmente o campo do trans-antropocêntrico, a fim de ter bem delimitado o foco deste artigo: investigar se as práticas humanas atuais podem ser classificadas ao menos como antropocêntricas, ou se elas não contemplariam nem os seres humanos como um todo.

A seguir Rolston, III descreve e discute os demais níveis existentes de preocupação ética ambiental, culminando no que poderíamos considerar como sendo o mais elaborado e sutil deles: a ética do planeta natal. Nele, Rolston, III conclui:

Estamos expandindo a ética: não é simplesmente o que uma sociedade faz a seus escravos, mulheres, negros, minorias, portadores de deficiências físicas ou mentais, crianças ou gerações futuras, mas o que faz à sua fauna, à sua flora, às suas espécies, aos seus ecossistemas e ambientes o que revela o caráter dessa sociedade. Nós,

humanos, somos terráqueos e devemos cuidar para que a Terra seja uma virtude humana última e em desenvolvimento.” (ROLSTON, III, 2007:569-570).

Uma das questões fundamentais propostas aos que se preocupam com os problemas ambientais é como migrar da ética humana atual, se é que podemos falar disso, para uma ética que contemple valores não-humanos, de forma a caminhar rumo a um modelo em que pessoas, demais seres vivos e ambientes coexistam em um equilíbrio satisfatório e sustentável.

E, uma das premissas mais amplamente aceitas nesse contexto é a de que atualmente, a ética prevalente e as práticas humanas decorrentes dela, são fundamentalmente antropocêntricas. Isso significa dizer que o ser humano estaria no centro das preocupações, tanto do ponto de vista da ética teórica, como das práticas, o que quer dizer, das legislações e políticas públicas em todas as instâncias, das relações internacionais, do comércio exterior etc. Entretanto, é possível perguntar: está certo afirmar que vivemos em sociedades autenticamente antropocêntricas? As relações humanas, em todos os níveis, habitualmente, pautam-se por uma orientação ética centrada nos seres humanos – em todos os seres humanos? Isso é o que buscaremos investigar, a partir deste ponto.

Considerando inicialmente que todos os seres humanos são, indistintamente, “anthropos”, gostaria de propor a hipótese de que, para que uma ação qualquer seja considerada antropocêntrica, seja necessário que um dos lados da relação proceda, quando interagir com qualquer outro, de uma forma tal que considere aceitável a possibilidade de que esse outro o trate da mesma forma. E que sua recíproca seja igualmente válida: ninguém faria a outrem algo que considerasse inaceitável que fosse feito para si.

Essa hipótese parece não ser descabida, uma vez que, se um dos lados vier a entender que pode exigir que o outro aceite que lhe seja imposto algo que ele próprio não aceitasse, estaria automaticamente permitindo que o outro lhe fizesse o mesmo: lhe impusesse algo que não aceitaria para si, o que conduziria a um estado em que os mais poderosos decidiriam tudo ou, em caso de relativo equilíbrio de forças, teríamos a barbárie.

Como decorrência disso, podemos considerar que todos os seres humanos, independentemente de sua ancestralidade, religião, nacionalidade, opção sexual, idade, nível de escolaridade etc. possuam, por princípio, os mesmos direitos. Isso implica em que as eventuais diferenças de tratamento sejam claramente explicadas e compreendidas para serem aceitas por todos.

Isso posto, podemos inferir que seria muito improvável que a escravidão, por exemplo, fosse moralmente aceitável numa ética verdadeiramente antropocêntrica, pois não se concebe alguém aceitar ser escravo. Imaginar que alguém consinta em ser escravo é inconcebível, pois isso encerra um paradoxo: aceitar ser escravo, significaria aceitar fazer coisas, as quais não aceita fazer. Só se concebe um escravo, coagido.

No entanto, não é impossível que encontremos argumentos em defesa da possibilidade de que a escravidão seja moralmente aceitável, sob determinadas condições.

Objeta-se que o utilitarismo admite a escravidão, posto que ela produz um bem maior. Penso que o utilitarismo nos possibilita uma resposta mais matizada e racional à questão da escravidão. Obviamente, ele opõe-se à escravidão em sociedades modernas, não só porque estas alcançaram um estágio de evolução econômica e social que permite a introdução de regras de respeito à dignidade e igualdade humanas, mas porque essas regras, uma vez introduzidas, possibilitam um bem

maior para a maioria, que advém do prazer altruísta que sentimos em respeitar PF, ou seja, em tratar os outros seres humanos também como fins. Mas não é necessário que em qualquer circunstância seja assim. Podemos perfeitamente imaginar uma sociedade no mundo antigo, na qual a escravidão era um mal inevitável e necessário à própria sobrevivência da sociedade em confronto com outras sociedades que funcionavam do mesmo modo. Em termos absolutos a escravidão é obviamente um mal, mas em termos relativos é possível encontrar casos em que ela seja um mal menor, e o utilitarismo é capaz de explicar porque é assim. (COSTA, 2002:170).

Ora, se é fato que a escravidão é incompatível com um autêntico antropocentrismo, como admitimos anteriormente, podemos inferir que o utilitarismo, conforme apresentado aqui, seria alguma coisa diferente de antropocêntrico.

Compreensivelmente, existem outras visões, diferentes dessa, sobre a mesma questão.

Nossa formação moral é signatária da concepção aristotélica, antropocêntrica e hierárquica, típica da racionalidade escravocrata. A concepção ética de Pitágoras nos teria levado ao domínio não-tirânico sobre outras espécies vivas, mas ela continua a ser ocultada nos ensinamentos acadêmicos. Mesmo formatados moralmente pela tradição aristotélica, somos dotados da capacidade de raciocínio não-escravocrata, algo que a tradição moral tenta boicotar nas crianças, desde a mais tenra idade, mas não pode erradicar da mente humana, pois nela também está arraigada a idéia da igualdade, sem a qual nos sentiríamos moralmente impotentes. (FELIPE, 2009: 3).

Não temos o direito de incentivar ou de algum modo persuadir os outros a se auto-sacrificarem - nem mesmo por uma idéia, por uma teoria que se nos afigurou perfeita (em virtude da nossa ignorância, talvez sem razão) ... Em todo caso, uma parte da nossa procura de um mundo melhor deve ser a procura de um mundo em que os outros não necessitem de sacrificar a sua vida, involuntariamente, por uma idéia. (Popper) (SIECZKOWSKI, 2006:31).

E no entanto, embora ilegal, a escravidão persiste em nossos dias.

A escravidão, como prática social admitida e legalmente constituída, não existe mais. Nenhuma legislação do mundo a aprova. Ainda assim, pessoas continuam sendo escravizadas. Do sistema escravagista à nova escravidão, mudaram-se as conjunturas históricas, mas escravizar pessoas continua o mesmo horrendo crime; um crime que se alastra sob o manto da impunidade. (SUTTON, 1994:7).

Então, se ninguém em sã consciência aceitaria ser escravo, por que a escravidão ainda consegue manter adeptos, tanto nas longínquas fazendas, como nas grandes cidades; tanto por razões econômicas (exploração do trabalho do outro), como filosóficas.

Uma explicação possível para isso é a de que, ao contrário do que muitos têm postulado, não somos de fato antropocêntricos. O antropocentrismo implicaria numa radical reciprocidade nas relações humanas, a qual excluiria de início qualquer possibilidade de aceitação da escravidão, mas ele não se esgota nisso. A seguir veremos alguns exemplos de ações corriqueiras, as quais são aceitas sem restrições morais pela maioria de nós, mas que denunciam que estamos ainda muito longe do que poderíamos classificar como uma sociedade realmente antropocêntrica – uma que tivesse como centro o homem – todos os seres humanos.

Uma outra questão que nos chama a atenção na atualidade é a da transferência, para alguns países, de riscos corretamente considerados inaceitáveis por

outros. Inúmeras vezes somos surpreendidos, por exemplo, pela notícia de que algum país do chamado primeiro mundo está destinando resíduos contaminados, tóxicos, e até nucleares, de forma legal ou não, para países mais pobres.

O Greenpeace devolveu, hoje, na Argentina, parte do lixo tóxico para uma das gigantes da indústria química, a ICI, com sede na Inglaterra. A ação da organização ambientalista faz parte da campanha mundial do Greenpeace contra a poluição tóxica. Os resíduos foram coletados no maior depósito de lixo tóxico do país, situado na localidade de "Argentina", uma vila com menos de 100 moradores, na província de Santiago del Estero. Vinte ativistas do Greenpeace, incluindo voluntários da Argentina e Inglaterra, devolveram o lixo tóxico para a fábrica da ICI, em San Lorenzo, exigindo que a empresa se responsabilize pelos resíduos químicos tóxicos, descontaminando a área e providenciando água potável para a comunidade. Toda a área foi demarcada com sinais de perigo e cercada, para assegurar que os moradores locais não tenham livre acesso ao depósito (1). (GREENPEACE, 2000).

Foram apreendidos no Brasil, no fim do mês e junho, 89 containers contendo lixo doméstico, eletrônico e hospitalar, procedente da Inglaterra. No Rio Grande do Sul foram retidos 40 cofres no porto de Rio Grande e 8 no porto seco de Caxias do Sul. Em Santos, São Paulo, 41 no porto de Santos. O lixo total aproximado é de 1.500 toneladas... Os Estados Unidos e países europeus, pelo maior nível social que ostentam, consomem muito mais do que o Brasil. Com isto, seus dejetos são em quantidade muito superior. Acomodá-los está se tornando caríssimo. Neles, uma tonelada de resíduos perigosos vai de U\$ 100 a U\$ 2 mil. Em outros países, como o Brasil, custa em torno de U\$ 2,50 a 70 (Estado de S. Paulo, 24.7.2009, C3). Aí está a razão dessa e de outras viagens de lixo para países menos desenvolvidos. (FREITAS, 2009).

A razão para a existência dessa prática é a de que os sistemas produtivos dos países ricos, onde quer que estejam localizados, são ambientalmente ineficientes gerando, portanto, resíduos indesejáveis por perigosos. Tais países poderiam investir mais dinheiro e outros recursos em pesquisas, que conduziriam a uma produção limpa mas, por desejarem baratear seus custos, não o fazem. Preferem manter seus sistemas obsoletos, baratos e geradores de resíduos e perigos. Contudo, as populações, os governos e os empresários desses países consideram inaceitável dar destinação a tais resíduos em seu próprio território, devido aos elevados riscos ao meio ambiente e às pessoas; contudo, consideram aceitável destinar esses resíduos a outros países. Sendo assim, países mais pobres, onde os controles ambientais são menos rígidos, seja por imperfeição na legislação ambiental ou por falta de fiscalização, acabam sendo utilizados como destino final desse material perigoso. Com isso, suas populações arcam com os riscos decorrentes dessa deliberação dos países ricos, a qual, em última análise, é quem garante qualidade ambiental e excelente qualidade de vida das populações desses últimos.

Se considerarmos que as populações de quaisquer países, dentro de uma ética antropocêntrica, têm direito ao mesmo nível de segurança contra os efeitos de resíduos tóxicos sobre seus organismos, diante do exposto, podemos concluir que a prática mencionada não é antropocêntrica pois estaria, em tese, expondo as pessoas dos países mais pobres a riscos considerados inaceitáveis pelas populações dos países ricos.

A falta de informações, por parte das pessoas mais pobres, faz com que, em certos casos, essa transferência de riscos seja "consentida" e não clandestina,

oferecendo uma aparência de moralidade à ação. Contudo, o consentimento nesses casos não torna a ação antropocêntrica, pois aqueles que decidem sobre a transferência sabem que os que receberão os resíduos ignoram os riscos em toda a sua magnitude.

Além da questão da ignorância a respeito dos riscos, a pobreza leva as pessoas a conscientemente tolerarem riscos maiores do que normalmente tolerariam. Uma pessoa privada de água potável aceita ingerir água contaminada pois, entre morrer de sede e correr o risco de contrair uma doença intestinal, ela preferirá a segunda opção, pois ainda terá uma chance. Analogamente, uma população empobrecida aceita a instalação de uma indústria em sua cidade, mesmo que essa indústria não tenha processos e equipamentos que permitam proteger o meio ambiente e as pessoas, pois imagina que os empregos e salários que o empreendimento levará à sua região compensará os riscos. Porém, o que se tem visto é que os ambientes e as pessoas têm adoecido da poluição e que nem os salários e nem os impostos têm logrado compensar os danos causados pelo “desenvolvimento”.

...os projetos do Estado na América Latina para tirar os povos de seu “atraso” pela capitalização do campo e o processo dependente de industrialização não produziram apenas fracassos econômicos, mas desencadearam processos de destruição ecológica e degradação ambiental por terem sepultado os potenciais de recursos naturais e culturais que durante séculos sustentaram as civilizações dos tristes trópicos americanos, asiáticos e africanos.” (LEFF, 2006:477).

A outra observação que podemos considerar é a de que parece haver um movimento que conduz a uma perpetuação e a um aprofundamento do fosso que separa países ricos de pobres. “O capitalismo consumado, mesmo que aumente o padrão de vida de muitas pessoas, ao mesmo tempo está tornando, aparentemente os ricos mais ricos e os pobres mais pobres.” (ROLSTON, 2004:6). Isso estaria aumentando a cada ano as diferenças observadas entre a qualidade de vida das populações e dos ambientes dos países pobres por um lado e dos ricos por outro.

Da mesma forma que, da destruição ambiental surge a pobreza, esta se acentua a partir da degradação dos sistemas ecológicos, numa vertiginosa espiral viciosa: degradação ambiental alimentando a degradação social e vice-versa. Como consequência, as populações dos países pobres são vistas cada vez menos como “iguais” por seus irmãos dos países ricos, gerando com isso um clima onde as atitudes distanciam-se mais e mais daquilo que conceituamos como sendo atitudes antropocêntricas. Poderíamos propor que temos nos tornado gradualmente cada vez *menos* antropocêntricos.

Um dos sintomas dessa tendência pode ser constatado pelas crescentes atitudes hostis a imigrantes verificadas na maior parte dos países ricos.

Mas a dinâmica diferença entre países pobres e ricos representa apenas uma das formas de promoção de desigualdades entre grupos humanos; uma outra forma é aquela verificada pela acentuação das desigualdades sociais *dentro* de um mesmo país. As classes sociais dos países pobres tendem a ter sua distância similarmente sempre aumentadas, com ricos ficando cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres. Desta forma, os ricos dos países pobres tendem a apresentar uma significativamente melhor qualidade de vida, e a viver em ambientes de qualidade muito superior do que o restante da população. A seguir, vamos examinar alguns exemplos de atividades e ações, tendo em mente investigar se podem ser consideradas antropocêntricas ou não.

As cercanias das indústrias poluidoras abrigam sempre bairros pobres; contudo, os dirigentes dessas indústrias não costumam viver nesses locais, pois as unidades que dirigem emitem gases poluentes, ruído, etc., que acabam por torná-los inabitáveis. Então, como têm dinheiro que lhes permita buscar outras alternativas,

escolhem morar em locais distantes das plantas industriais. Ora, residir em locais afastados do ambiente que foi e está sendo degradado por meio de suas próprias ações (ou omissões), mas admitir que outras pessoas o façam, não pode ser chamado de uma atitude antropocêntrica.

Recentemente a imprensa brasileira noticiou que os responsáveis pela Copa do Mundo de futebol de 2014, a qual se realizará em nosso país, estão preocupados com a impressão negativa que os efeitos da existência de esgotos a céu aberto nas cidades onde ocorrerão jogos suscitará nos estrangeiros que, para cá, afluirão em busca de diversão. A manifestação foi motivada pela recente divulgação de uma pesquisa contratada pelo Instituto Trata Brasil e realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A seguir, apresentamos dois excertos com considerações interessantes sobre a questão.

A vinda de turistas para as grandes cidades que sediarão os jogos da Copa 2014 é uma grande preocupação das autoridades brasileiras, principalmente porque hoje em dia é visualmente e olfativamente desagradável percorrer as marginais, ou mesmo passar perto dos rios que cortam as grandes cidades do país. Mas essa imensa vontade de "fazer bonito" aos olhos estrangeiros pode ser uma grande aliada dos brasileiros, que sofrem muito com a poluição das águas e com o descaso dos políticos com relação ao saneamento básico. (DAINEZI, 2009).

No caso da mortalidade infantil, os efeitos da falta de saneamento são visíveis. O índice de óbito de crianças de 0 a 6 anos sem atendimento adequado dos serviços de saneamento é 22% maior que entre crianças com acesso à rede. Outro dado que afeta diretamente o desenvolvimento das crianças é que apenas 39% das escolas do país são conectadas à rede de coleta.

A falta de saneamento básico também provoca impactos na renda do trabalhador (e não só na dele (N.A.)). O estudo observou que 12% das faltas ao trabalho relacionam-se à carência de serviços básicos, como acesso à coleta de esgotos e água tratada. (ROCHA: 2009:2).

A primeira reflexão que podemos fazer é a de que, há décadas sabemos que a falta de saneamento básico tem ceifado a vida de milhares de brasileiros, apesar de que, há muito tempo, possuímos tecnologias extremamente baratas, desenvolvidas por brasileiros, as quais já poderiam ter resolvido esse problema. A segunda, é a de que a vontade de resolver surgiu apenas quando o esgoto foi visto como ameaça aos negócios decorrentes do evento em lide (Copa do Mundo de 2014). Dessa forma, fica explícito que a percepção de que os efeitos negativos que agirão nos sentidos dos turistas estrangeiros, provocados pela existência de esgotos a céu aberto, quais sejam, odor e visão desagradáveis, será capaz de mobilizar recursos para buscar soluções; no entanto, a morte de milhares de crianças brasileiras, durante décadas, não foi. Fica assim demonstrado que, para as elites de tomadores de decisão de nosso país, os turistas estrangeiros têm prioridade em desfrutar de um ambiente de qualidade em relação à vida de nossas próprias crianças. Não podemos considerar essa movimentação como sendo de inspiração antropocêntrica.

Há inúmeros outros exemplos de ações e de atividades que não podem ser consideradas antropocêntricas. Por exemplo: num compreensível esforço para conter gastos públicos, um de nossos governantes suprimiu o subsídio que havia no preço do trigo; ora, sabendo que gastos com pão, por exemplo, representam um percentual muito maior do orçamento familiar das populações de baixa renda do que do orçamento das mais ricas, podemos concluir que os pobres bancaram com muito maior esforço a economia desejada pelo governo. Em outras palavras, podemos pensar que pobres deixaram de comer pão, ou passaram a pagar mais por ele, para que ricos continuassem

consumindo supérfluos. Isso significa que pobres foram deslocados do centro das preocupações, para manutenção de privilégios de outras classes.

Um outro caso típico, foi a estratégia colocada em prática pelo atual governo, com o intuito de fazer frente à crise econômica mundial: pensou-se, talvez acertadamente, em reduzir impostos e, com isso, aquecer o mercado brasileiro. Porém, ao escolherem reduzir impostos sobre o valor de *automóveis*, ao invés de fazê-lo sobre os alimentos das populações de baixa renda, por exemplo, nossos governantes estão novamente decidindo que os mais ricos vão pagar menos por supérfluos, às custas dos mais pobres. Isso, se considerarmos que automóveis são supérfluos, quando comparados com alimentos.

Esses são apenas alguns exemplos, pinçados ao acaso, de um universo, no qual bilhões de seres humanos são sistematicamente deslocados da posição de humanos, sem muitas preocupações de caráter ético.

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que cerca de 1,1 bilhão de pessoas em todo o mundo não têm acesso a água potável. Nos países em desenvolvimento, esse problema aparece relacionado a 80% das mortes e enfermidades. (NÓRCIO: 2007).

Conclusão e sugestão

Neste ponto apresentaremos uma conclusão e uma sugestão. A conclusão é a de que, se analisarmos cuidadosamente, podemos perceber que dificilmente tomamos atitudes antropocêntricas. A realidade é que, com possíveis raríssimas excessões, nossas práticas revelam que estamos num nível ético abaixo do antropocêntrico: um nível que poderíamos chamar de pré-antropocêntrico. Dessa forma, o movimento de ecologia profunda, independentemente de sua legitimidade, pode estar estabelecendo como o seu alvo principal, algo que na prática nunca se verificou: o antropocentrismo. Se isso for real, tanto a filosofia como as estratégias de tal movimento deveriam ser repensadas para que se busque alcançar ambos, uma maior exatidão filosófica, e uma maior efetividade de discursos e ações.

Além disso poderíamos sugerir que procedêssemos a uma ampla revisão na forma como percebemos os outros, seja no trabalho, na família, no bairro, na cidade ou no mundo, de forma a promover profundas transformações em nossos relacionamentos. Tais transformações não estão nas mãos apenas de governantes, homens e mulheres de negócios e outros tomadores de decisões, mas nas mãos de cada um de nós que tivermos nossas consciências deslocadas de uma ética pré-antropocêntrica para uma outra verdadeiramente antropocêntrica.

Finalmente, poderíamos assinalar que os papéis a serem desempenhados por filósofos, pensadores e ecologistas são indispensáveis para a realização desse sonho.

Referências

COSTA, Claudio Ferreira. Razões para o utilitarismo: uma avaliação comparativa de pontos de vista éticos. **ethic@ - An International Journal for Moral Philosophy – Revista Internacional de Filosofia da Moral**, Florianópolis, v.1, n.2, p. 170, dez. 2002.

DAINEZI, Nanci. **Despoluição dos rios pode ocorrer até a Copa 2014**. Folha de Alphaville Online. Barueri: 17/07/2009.

Disponível em: <http://www.folhadealphaville.com.br/artigo/?id=7015>

Acesso em 11 de agosto de 2009.

FELIPE, Sonia Teresinha. **Antropocentrismo, sencientismo e biocentrismo: perspectivas éticas abolicionistas, bem-estarárias e conservadoras e o estatuto de animais não-humanos**. Revista Páginas de Filosofia. , v. 1, n. 1, jan-jul/2009. Disponível em:
<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/PF/article/viewFile/864/957>
Acesso em 28/08/2009.

FREITAS, Vladimir Passos de. **Remessa do lixo para o Brasil é ilícito aduaneiro e ambiental**. Consultor Jurídico, São Paulo: 26 de julho de 2009. Disponível em:
<http://www.conjur.com.br/2009-jul-26/remessa-lixo-brasil-ilicito-aduaneiro-antes-ambiental>
Acesso em 05 de agosto de 2009.

GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. Hans Jonas: O Princípio Responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. In: OLIVEIRA, Mafredo A. de. **Correntes Fundamentais da Ética Contemporânea**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. P. 197.

GREENPEACE. **Greenpeace expõe depósito ilegal de lixo tóxico de indústria química na Argentina**. Greenpeace Brasil – Notícias, 06 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/toxicos/noticias/greenpeace-exp-e-dep-sito-ileg>
Acesso em 05 de agosto de 2009.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução por Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LORENZ, Konrad. **A demolição do homem: crítica à falsa religião do progresso**. Tradução por Horst Wertig. São Paulo: Editora Brasiliense S. A., 1986.

NÓRCIO, Lúcia. **Falta de água potável no mundo aparece relacionada a 80% das mortes e doenças**. Agência Brasil. Empresa Brasil de Comunicação. Brasília: 2007. Publicado em 22 de março de 2007. Disponível em:
<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/03/22/materia.2007-03-22.6414269867/view>
Acesso em 10 de setembro de 2009.

ROCHA, Regina; MASSIMINO, Rafael. **Pesquisa denuncia falta de saneamento nas cidades da Copa: só metade do país tem rede de esgotos**, alerta Instituto Trata Brasil. Portal Copa 2014, FGV, 02/07/2009. Disponível em:
<http://www3.fgv.br/ibrecps/Clippings/lc1128.pdf>
Acesso em 11 de agosto de 2009.

ROLSTON, III, Holmes. Entrevista. **Ação Ambiental**, Viçosa, n. 30, p. 6, set./out. 2004.

ROLSTON, III, Holmes. Ética ambiental. In: BUNNIN, Nicholas; TSUI-JAMES, E. P. **Compêndio de Filosofia**. Tradução por Luiz Paulo Rouanet. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. P. 557-570.

SIECZKOWSKI, João Batista Cichero. O pluralismo da tese dos três mundos de Popper e a crítica de Habermas. **Princípios – Revista de Filosofia**, Natal, v.13, nos. 19-20, p. 31, jan./dez. 2006.

SUTTON, Alison. **Trabalho escravo** – um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje. Tradução por Siani Maria Campos. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

VARNER, Gary. A Ética e o Ambiente. In: ROSA, Humberto D. **Bioética para as Ciências Naturais**. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2004. P. 161.